

Comitê da Área de Tecnologia da Informação Ata da Vigésima Oitava Reunião Ordinária do CATI

Data: 08 de fevereiro de 2006

Horário: 10:00h às 17:00h

Local: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE, Brasília/DF

I. Presentes (Anexo I)

I.1. Membros do Comitê

Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT

Augusto Cesar Gadelha Vieira, Secretário Executivo do CATI

Henrique de Oliveira Miguel, suplente

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC

Manuel Fernando Lousada Soares

Nilton Sacenco Kornijezuk, suplente

Ministério das Comunicações – MC

Flávio Lenz Cesar, suplente

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP

Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho

Paulo Roberto Tosta da Silva, suplente

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDES

Carlos Henrique Cabral Duarte

Setor Empresarial

Anderson Jorge de Souza Filho (ABINEE), primeiro suplente

José Carlos De Luca (ASSESPRO)

Alexandre José Beltrão Moura (SOFTEX), segundo suplente

Comunidade Científica

Sergio Bampi (UFRGS), primeiro suplente

Imre Simon (USP), segundo suplente

I.2. Equipe Técnica e Convidados

Alessandra de Moura Brandão – MCT/SEPIN

Alisson Alexandre Araújo – MCT/SETEF

Antenor Cesar Vanderlei Corrêa – MCT/SEPIN

Carlos Alberto Schneider – Fundação CERTI/UFSC

Célia Joseli do Nascimento – MCT/SEPIN

Jackson Maia – CNPq

Marcia Silva – MCT/SETEF

Maria Ângela do Rêgo Barros – ABINEE

Marylin Peixoto da Silva Nogueira – MCT/SEPIN

Paulo Müller – MCT/CNPq

Vanessa de Melo Gomes – MCT/SEPIN

II. Proposta de Pauta da Reunião (Anexo II)

III. Lista de Material Entregue (Anexo III)

IV. Andamento da reunião

1. Inicialmente, **Augusto Cesar Gadelha Vieira** disse ser necessária sua ausência durante a manhã e que, nesse período, a reunião seria conduzida por Henrique de Oliveira Miguel, seu suplente. Apreciada e aprovada a ata da reunião anterior, **Célia Joseli do Nascimento** discorreu sobre a situação relativa ao *Segundo ciclo de credenciamento de instituições de ensino e pesquisa e de incubadoras* (Anexo IV). **José Carlos De Luca** comentou que, na proposta oriunda das reuniões em que se discutiu a revisão dos critérios de credenciamento, uma das recomendações era de que houvesse alocação de recursos para contratação de pessoas para auxiliar a equipe técnica da SEPIN na realização de inspeções técnicas às instituições em processo de credenciamento. Ressaltou que havia competência para isso e que o CATI deveria estudar alternativas para propiciar que o MCT realizasse essas inspeções com mais celeridade. Tendo em conta o acúmulo de pedidos de recredenciamento e credenciamento na SEPIN, **Sergio Bampi** propôs que as instituições anteriormente credenciadas e que, por força da nova Resolução do CATI, ingressaram com pedidos de recredenciamento no prazo ou que foram automaticamente recredenciadas tivessem seus processos analisados depois das instituições que ingressaram com seu primeiro pedido de credenciamento – que deveriam ser priorizadas – evitando, portanto, ficarem um tempo excessivo na fila de espera como inabilitadas a celebrar contratos no âmbito da Lei de Informática. As instituições em situação de recredenciamento em análise permanecem credenciadas até pronunciamento final do CATI. Relembrou que, na reunião anterior, havia defendido a prorrogação do prazo para que as instituições encaminhassem a solicitação de recredenciamento, porque, desse modo, não haveria um acúmulo excessivo de demandas. **Alexandre José Beltrão Moura** disse que, se o CATI tivesse prorrogado o prazo, teria apenas adiado o problema. Concordou com a proposta de que fossem contratados consultores para realização das inspeções técnicas. Propôs, ainda, que fosse estabelecido um prazo de 60 dias para que pelo menos 90% das instituições tivessem seus pleitos de credenciamento apreciados. **José Carlos De Luca** propôs que o mesmo grupo de trabalho que discutiu os novos critérios de credenciamento se reunisse para formular uma proposta sobre o assunto. Ponderou, no entanto, que o CATI não deveria tomar decisão sobre prazos sem que conhecesse os dados em detalhe. **Alexandre José Beltrão Moura** insistiu que se deveria definir um prazo para que o GT trabalhasse na perspectiva de definir o número de consultores e a quantidade de recursos necessários para que, no prazo de 60 dias, as instituições estivessem ou não credenciadas. **Sergio Bampi** apontou que, entre as instituições que não cumpriram os prazos, estavam, por exemplo, a Universidade Federal do Paraná e o CEFET/RS, que são instituições que contribuem para a ciência e tecnologia do Brasil. Ressaltou que isso demonstrava que o CATI poderia ter se equivocado e penalizado algumas instituições ao não ter levado em conta a dinâmica das instituições públicas, principalmente das universidades federais, nas quais os processos decisórios envolvem maior número de instâncias formais e maior burocracia. Comentou que, por outro lado, aprovou-se o credenciamento de instituições montadas há pouquíssimo tempo. **Henrique de Oliveira Miguel** disse que as instituições haviam recebido três comunicações, nas quais eram informadas sobre as consequências da não solicitação de recredenciamento, mas que, de qualquer forma, os convênios já assinados pelas instituições que não apresentaram pleito para recredenciamento poderiam continuar a receber recursos, ficando impedidas apenas de celebrar novos convênios. O CATI recomendou que a SEPIN deve dar prioridade aos processos das instituições que entraram com novos pedidos de credenciamento e das incubadoras; e a formação de grupo de trabalho para elaborar um plano, com a perspectiva de que se efetivem os credenciamentos pleiteados no prazo de 60 dias.

2. **Célia Joseli do Nascimento** fez o informe sobre o *Ambiente web para suporte ao relacionamento e operações no âmbito do CATI*. Sugeriu que, após o sistema ter sido homologado pela SEPIN, fosse inaugurado com votação eletrônica de pleitos de credenciamento, em substituição ao processo via e-mail. O CATI acatou a sugestão.
3. Em seguida, **Célia Joseli do Nascimento** fez o informe *FNDCT/CT-Info: Evolução dos depósitos efetuados até 07 de fevereiro de 2006* (Anexo V).
4. **Manuel Fernando Lousada Soares** fez a apresentação *Recursos Humanos para Serviços de Tecnologia da Informação*. **José Carlos De Luca** perguntou se a proposta ora apresentada era uma ampliação da proposta do Programa de Recursos Humanos para Software. Disse que, nesse caso, seria contrário à ampliação, porque haveria perda de foco e pulverização de recursos. **Manuel Fernando Lousada Soares** explicou que se tratava de uma iniciativa do MDIC, a partir de uma decisão do Ministério de dar mais atenção à área de serviços como um todo, ressaltando que havia a preocupação de que a iniciativa do MDIC se articulasse com a do CATI. **Carlos Henrique Cabral Duarte** disse que seria necessária uma relação entre as duas propostas para que se chegasse a um objetivo consistente. Comentou que, na execução do projeto proposto pelo CATI, deveria haver referência também à demanda de serviços de TI, porque ela existia e estava prevista na Política Industrial. **Antenor Cesar Vanderlei Corrêa** esclareceu que a denominação “política de software” no âmbito da PITCE inclui o tema serviços, que são de duas naturezas: serviços de desenvolvimento de software e serviços viabilizados pela TI. Explicou que o foco principal das ações da política industrial até então tinha sido software e serviços de desenvolvimento de software e que o projeto do MDIC seria focado na formação de recursos humanos para atender essa demanda, os quais, no entanto, poderiam ser utilizados como insumo para a indústria de serviços de toda a natureza que utiliza TI como instrumento habilitador. Comentou que não havia contradição entre as duas iniciativas e que, pelo contrário, há ligação entre elas.
5. Em seguida, **Antenor Cesar Vanderlei Corrêa** apresentou informe sobre a *Auditoria ao Núcleo SOFTEX Salvador*. Relembrou que, na reunião anterior do CATI, foi apresentado o Relatório de Auditoria contratado e ficou decidido que a SEPIN realizaria um processo complementar de inspeção técnica no projeto. Informou que a SOFTEX havia sido comunicada sobre esse procedimento e que havia dois técnicos da SEPIN envolvidos no estudo do material relativo ao projeto. Disse que seria elaborado um termo de referência para orientar o processo de auditoria e comprometeu-se a, quando o documento estivesse pronto, enviá-lo aos membros do CATI para discussão e eventuais ajustes. Apontou que a expectativa era de que, na próxima reunião do CATI, houvesse um relatório final sobre o assunto.
6. **Célia Joseli do Nascimento** fez a apresentação da *Proposta do II Seminário Resultados da Lei de Informática*. **Paulo Roberto Tosta da Silva** ressaltou que a Lei de Informática foi criada com objetivo de dar isenção fiscal para que houvesse investimento em pesquisa e desenvolvimento por parte das empresas. Afirmou que, nesse sentido, para medir os resultados da Lei, seria necessário auferir indicadores como geração de emprego, renda, patentes, *royalties* etc, confrontando-os com os valores de isenção. Apontou que a UNICAMP havia desenvolvido uma metodologia chamada Avaliação de Impacto de Resultados, que poderia ser utilizada para essa finalidade. **Anderson Jorge de Souza Filho** disse que, na ABINEE, havia um Grupo de P&D, formado por empresas incentivadas, que estava desenvolvendo um trabalho com o professor Paulo Nogueira, da EBAPE/FGV, para discutir indicadores de desempenho. Comentou que a intenção era apresentar os resultados desse trabalho durante o II Seminário, mas que não seria possível, por se encontrar em fase inicial. **Carlos Henrique Cabral Duarte** comentou que, no Seminário anterior, as pessoas que tiveram chance de participar como moderadores tiveram noção muito concreta e positiva da Lei. Apontou que, no entanto, na hora de sintetizar os resultados no

relatório, houve uma perda muito grande, porque o relatório somente resumiu as apresentações das instituições. Sugeriu que não se publicassem os anais do Seminário *a priori*, mas que as apresentações fossem recebidas e confrontadas com os indicadores considerados relevantes. Pontuou que, já que se partiria para um modelo diferente de seminário, com painéis unificados, talvez não se devesse ter um moderador único, mas um grupo, que pudesse fazer a síntese das apresentações, de forma crítica, para que ficasse registrada nos anais também a visão dos moderadores. **Célia Joseli do Nascimento** disse que, além da figura do moderador, estava prevista a do especialista convidado, que, após a apresentação de cada instituição, faria uma intervenção, antes das perguntas do público.

7. **Sergio Bampi** exibiu slides apresentados no I Seminário de Avaliação dos Resultados da Lei 8248, nos quais havia um confronto entre os valores da renúncia fiscal e os dos tributos recolhidos pelas empresas incentivadas e os valores de P&D de 1993 até 2002, com a projeção para 2003 e 2004. Comentou que, da aplicação interna das empresas, 60% haviam sido aplicados em sistemas e software e apenas 15% em processo produtivo e hardware. Salientou que a SEPIN e o CATI não deveriam ficar em posição passiva, esperando que as empresas trouxessem os projetos. É importante que haja no Seminário a discussão de como orientar os investimentos na direção dos gargalos tecnológicos sistêmicos para o desenvolvimento e produção de bens e serviços de TI no Brasil. Apontou ser necessário explicar porque as empresas incentivadas, que têm de manter um processo produtivo competitivo para entregar um produto no mercado e que eram empresas fabricantes, que usam necessariamente tecnologia de hardware, colocavam apenas 15% do P&D interno e conveniado em tecnologias do processo de hardware. Quanto ao II Seminário, perguntou se os painelistas seriam alocados de acordo com a área da empresa incentivada ou de acordo com a natureza do projeto desenvolvido. Ponderou que, se fosse adotado o critério de divisão por institutos que mais receberam recursos, estariam no painel somente institutos com atividades de P&D do segmento de sistemas e software e nenhum do segmento de hardware. O conselheiro Sergio Bampi lembrou que os dados do I Seminário indicam de forma objetiva que, durante dez anos, no Brasil, a política de informática foi orientada pelas empresas e não pelo governo de acordo com políticas setoriais estratégicas e de que as empresas estavam vendo a aplicação de recursos em P&D como um proxy da cobrança de imposto. Ressaltou que o seminário teria de colocar as empresas para responderem o que estavam fazendo em P&D em termos da orientação da Política Nacional. Por fim, observou que, se fosse utilizado um critério quantitativo, não seriam apresentados bons projetos de empresas que investem de forma inovadora com poucos recursos e que são as empresas realmente inovadoras. **Henrique de Oliveira Miguel** explicou que os slides referidos apenas resumiam as informações de investimentos que as empresas apresentaram nos relatórios. Comentou que o governo estava tentando reorientar o investimento para que fossem também atendidos os interesses da sociedade e as prioridades nacionais. Ressaltou que, em função desse diagnóstico, é que a Lei de Informática havia sido alterada, tanto na mudança do conceito do que seria investimento em pesquisa e desenvolvimento, como também no do mecanismo de aporte de recursos aos Programas Prioritários e também ao CT-Info. **Sérgio Bampi** pediu ao CATI para refletir antes e durante o Seminário que, se havia um mecanismo para incentivar empresas fabricantes de hardware, as empresas não eram induzidas a fazer pesquisa em hardware no Brasil. **Henrique de Oliveira Miguel** informou que o Ministro Sérgio Rezende havia proposto à SEPIN que, nos programas prioritários, o governo entrasse com parte dos recursos e chamasse a comunidade empresarial para compartilhar dos projetos e programas de interesse nacional. **Anderson Jorge de Souza Filho** disse que a seleção dos projetos seguiria vários critérios, um dos quais o da relevância. Discordou de que a Política Nacional não estava desenvolvendo nada, porque havia diversos

progressos nas áreas de automação industrial, automação bancária, automação comercial, instrumentação médico-hospitalar etc. Comentou que as empresas estavam respondendo à política de informática e fazendo investimentos em P&D, mas que, em uma próxima avaliação da Lei de Informática, poderia haver uma mudança do perfil de investimento. **Marylin Peixoto da Silva Nogueira** comentou que o Ministro Sérgio Rezende havia declarado publicamente que o MCT, na política de tecnologia da informação, deveria ter um papel menos reativo e mais participativo junto com o setor produtivo. **Sergio Bampi** disse concordar com essa orientação. Reconheceu que a ABINEE era uma parceira da comunidade científica em diversas iniciativas e que não quis dizer que não houve investimento, mas apenas que ele não foi orientado de acordo com os objetivos estratégicos da Política Nacional de adensar a cadeia produtiva de produção de bens de TI. Salientou que o Brasil havia incentivado a produção de bens de TI no País acertadamente, mas que havia sido incapaz de induzir as empresas a internalizarem as tecnologias básicas para o desenvolvimento e produção destes mesmos bens. **Carlos Henrique Cabral Duarte** sugeriu que todo o detalhamento do Seminário deveria ser submetido ao CATI, em particular o nome dos painelistas, dos especialistas, os critérios para escolha dos projetos a serem apresentados, os critérios para avaliar as empresas etc. **Célia Joseli do Nascimento** afirmou que, uma vez aprovada a realização do evento, todo o detalhamento seria encaminhado ao Comitê. O CATI aprovou a alocação de R\$ 100.000,00, oriundos do orçamento destinado a despesas operacionais do CT-Info, para a realização do evento, nos dias 28 e 29 de março de 2006, em Porto Alegre.

8. **Paulo Müller** fez a apresentação *Cota Adicional de Bolsas para o Programa Nacional de Microeletrônica – PNM-Design* (Anexo VI). **Carlos Henrique Cabral Duarte** disse ser favorável à aprovação da cota adicional apresentada, mas que era contrário à implementação de novas bolsas a partir de 2007 sem que houvesse uma avaliação consistente e sistemática dos resultados do programa. **Alexandre José Beltrão Moura** disse que, ao final do ano, sempre havia um percentual de cerca de 5% dos recursos destinados para bolsas que não eram efetivamente comprometidos. Propôs, então, que o CATI tivesse uma estratégia para reutilização desses recursos, a fim de que não fossem devolvidos ao Tesouro Nacional. **Paulo Müller** propôs que o CATI tivesse uma lista de ações apoiáveis que, quando da apuração de saldo dos recursos destinados a bolsas ao final do ano, pudessem ser contratadas com o dinheiro remanescente. **Carlos Henrique Cabral Duarte** disse estar muito admirado com o fato de, além de não terem sido aplicados os recursos que o CATI havia reservado à realização de três estudos, ter sobrado dinheiro relativo à previsão de despesas com bolsas que não foram contratadas. **Sergio Bampi** apontou que, dos recursos do CT-Info para 2005, não havia sobrado apenas a diferença entre o que estava previsto e o que foi efetivamente gasto com bolsas, mas principalmente a diferença entre o limite de empenho e o valor que foi depositado pelas empresas no FNDCT, que totalizava cerca de R\$ 17 milhões. Comentou que a comunidade científica e a SBPC estavam sistematicamente alertando o governo para o fato de que havia recursos dos fundos setoriais que não estavam sendo utilizados. Propôs que o CATI considerasse que havia uma espécie de fundo de reserva, de cerca de 10 % acima do limite de empenho, que deveria ser destinado ao CNPq para que pudesse implementar bolsas. **Augusto Cesar Gadelha Vieira** retomou a deliberação quanto a cota adicional de bolsas para o PNM-Design e o CATI aprovou o seguinte quadro:

2006	2007	2008	2009
R\$ 252.000,00	R\$ 232.000,00	R\$ 100.232,00	R\$ 338.054,00

9. Em seguida, **Paulo Roberto Tosta da Silva** relatou a pauta *Ações Verticais 2006: Proposta de Chamada Pública para Projetos Inovadores* (Anexo VII). **Flávio Lenz Cesar** disse ter participado, em 2005, da avaliação de mérito das propostas

submetidas à Chamada Pública para Software, tendo aprendido muitas coisas que poderiam levar a um aperfeiçoamento da chamada ora proposta, devendo haver: 1) instrução do CATI para os avaliadores, na qual o Comitê especificasse que tipos de projetos deveriam ser apoiados; 2) melhor definição e mais clareza dos critérios de julgamento das propostas; 3) limitação, em cerca de 5 % do valor total do projeto, das despesas com instalações civis e reformas; 4) submissão das propostas a um parecerista *ad hoc*; 5) participação de membros do CATI no processo de julgamento do mérito das propostas; 6) uma forma de otimizar os recursos visando sobretudo ao desenvolvimento do produto previsto na proposta. **Augusto Cesar Gadelha Vieira** propôs que, uma vez aprovada a destinação de R\$ 1,9 milhão para essa ação, os demais detalhes fossem discutidos, por meio eletrônico, entre os membros do CATI. A proposta foi aceita pela plenária.

10. Em seguida, **Carlos Alberto Schneider** fez as apresentações *Programa Prioritário HardwareBR* (Anexo VIII) e *LABelectron Nucleador – Programa Prioritário Mobilizador* (Anexo IX). **Paulo Roberto Tosta da Silva** disse que o HardwareBR deveria ser um programa de âmbito nacional. Perguntou se as diferenças entre a proposta do HardwareBr, que, por exemplo, era ancorado em uma única instituição, e os demais Programas Prioritários não o inviabilizariam, comentando que deveria haver um parecer jurídico para referendar a proposta de o projeto ser financiado diretamente pelas instituições. Perguntou, ainda, quem faria o acompanhamento financeiro dos projetos. **Carlos Alberto Schneider** respondeu que o HardwareBR seria um programa prioritário de caráter nacional, supervisionado, em primeiro plano, pelo CATI e pela SEPIN e, nas questões operacionais, por meio de uma entidade de coordenação operacional. Esclareceu que, embora a execução do programa fosse feita por instituições localizadas em determinada região do País, por meio de projetos de sua responsabilidade, os projetos poderiam ser de impacto nacional. Disse que a proposta de o projeto ser financiado diretamente pelas instituições precisaria ser verificada, mas que havia tentado criar um modelo simples e que estivesse de acordo com a Lei de Informática. Com relação ao acompanhamento financeiro, respondeu que a proposta era de que fosse de responsabilidade da instituição executora do projeto prioritário. **Manuel Fernando Lousada Soares** sugeriu que não apenas as instituições acadêmicas pudessem tomar a iniciativa pelos projetos mobilizadores, envolvendo as empresas, mas que também o contrário pudesse acontecer. Comentou que esses projetos estavam sendo montados em função dos recursos da Lei de Informática, mas que o ideal seria conseguir complementá-los com outros recursos usados para apoio ao setor de TI. Sugeriu que fosse agregada à discussão a questão da regulamentação da área de semicondutores/microeletrônica no Brasil. **Carlos Alberto Schneider** respondeu que havia sido solicitado pelo CATI que a iniciativa dos projetos viesse do lado empresarial e que envolvesse as instituições acadêmicas.
11. **Carlos Henrique Cabral Duarte** observou que, na fase de operacionalização, as questões relativas aos programas prioritários deveriam ser trazidas ao CATI somente quando o Comitê tivesse alguma responsabilidade sobre o assunto. Perguntou se estava previsto no escopo do programa alguma atividade de manufatura, o que poderia gerar algum tipo de conflito de interesse entre as instituições públicas, sem fins lucrativos, e os beneficiários da Lei de Informática. Comentou que produção de lote piloto seria algo admissível, mas que a atividade de manufatura, mesmo em pequena escala, começaria a avançar no escopo da iniciativa privada, das empresas que aportariam recursos ao programa. Observou que criar um programa prioritário com grande proximidade com a indústria poderia aniquilar a fonte de recursos dos outros programas: se as empresas pudessem aplicar recursos em um programa cuja atividade é a manufatura, em vez de alocar apenas os recursos previstos na Lei para P&D, transfeririam essa atividade para fora de sua estrutura, terceirizariam e usariam recursos de isenção fiscal para a produção. Relembrou que essa era a mesma fonte de recursos dos outros programas prioritários e que, portanto, isso não poderia ser

permitido. **Carlos Alberto Schneider** disse que o Projeto Prioritário LABelectron Nucleador era voltado para a manufatura, mas com um forte componente de pesquisa e desenvolvimento. **Henrique de Oliveira Miguel** esclareceu que recursos destinados a P&D não poderiam ser utilizados para fabricação de produtos. Disse que uma dos grandes objetivos do programa era buscar, nas empresas, recursos, mecanismos e instrumentos para que pudessem ser incentivadas a realizarem, no País, projetos eletrônicos. **Jackson Maia** perguntou se haveria duas prestações de contas diferentes, uma contábil, para a SEPIN, e outra técnica, à entidade de coordenação operacional. **Carlos Alberto Schneider** respondeu que o acompanhamento contábil do projeto seria encaminhado à SEPIN, por meio de relatórios técnicos anuais de prestação de contas dos recursos recebidos. Explicou que a entidade de coordenação operacional faria uma visita semestral ao projeto e uma avaliação sobre seus avanços, cujo relatório seria remetido ao CATI. **Sergio Bampi** disse que precisava ser reconhecido que o grupo coordenado por Carlos Alberto Schneider havia elaborado uma proposta conforme havia sido encomendada pelo CATI. Observou que a proposta procurava reorientar os investimentos de P&D para a rota tecnológica crítica das empresas que fazem projetos de TIC, de acordo com a política nacional para a área. **Manuel Fernando Lousada Soares** comentou que era absolutamente fundamental que cada um dos projetos mobilizadores tivesse ligação clara com a estratégia de médio e longo prazo do que se pretende fazer e do que é possível fazer no País. Ponderou que, como subsídio, seria necessário realizar uma análise, não somente econômica, mas que levasse em conta também aspectos de mercado, por exemplo, já que não adiantaria fazer um ótimo projeto, mas que não fosse comportado pelo mercado. Pontuou que a questão estratégica deveria estar na origem das propostas provenientes do meio empresarial, negociada com o meio acadêmico. Sugeriu que fossem utilizados conceitos empregados em outros projetos mobilizadores, como o das tecnologias-chave. **Carlos Alberto Schneider** disse que esses conceitos estavam perfeitamente contemplados no LABelectron Nucleador, no qual duas tecnologias-chave estariam sendo desenvolvidas, a produção competitiva de pequenas séries e a *Lite Free*. **Manuel Fernando Lousada Soares** disse que essas tecnologias deveriam estar linkadas com uma visão de futuro. Afirmou que deveria haver uma visão prospectiva, porque seria preciso reconstruir a indústria de semicondutores, que havia sido sucateada no País. O CATI aprovou o Programa Prioritário HardwareBR e solicitou que o MCT analisasse questões legais pendentes antes que a Resolução fosse publicada. Decidiu também que, como o Projeto Prioritário LABelectron Nucleador já havia sido apresentado, em versão preliminar, em agosto de 2005, fosse submetido à discussão eletrônica.

12. **Marylin Peixoto da Silva Nogueira** fez um informe sobre a *Regulamentação da Lei de Informática*. Ressaltou ter havido um resgate do diálogo dentro do próprio governo, com reuniões, na segunda semana de janeiro, entre o MCT e a Receita Federal, na tentativa de se chegar a um denominador comum dos pontos conflitantes e, logo em seguida, com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Comentou que as reuniões haviam sido bastante produtivas e que o ponto nevrálgico da discussão tinha sido com relação à forma como se daria o parcelamento do débito das empresas. Por fim, informou que a expectativa era de que houvesse um acordo sobre a regulamentação até o final de fevereiro de 2006. **Anderson Jorge de Souza Filho** disse que a regulamentação estava parada há 13 meses, tempo excessivo, visto que os investimentos em P&D das empresas dependiam dessa regulamentação para evoluir, o que estava impactando as empresas, que não estavam conseguindo mais aprovar projetos na SEPIN. **Marylin Peixoto da Silva Nogueira** respondeu que o MCT estava trabalhando contra o tempo, consciente de que essa demora na regulamentação poderia estar criando problemas para as empresas. Explicou que, até o final da semana, deveria ser expedido pela Assessoria Jurídica do MCT um parecer sobre a situação, com o que se poderia alcançar segurança jurídica para começar novos

procedimentos operacionais, independentemente da regulamentação, para a entrada de novos pedidos. Informou que o Secretário de Política de Informática pretendia, em breve, realizar uma discussão sobre o assunto com a ABINEE. **Anderson Jorge de Souza Filho** disse que a ABINEE estava apoiando todas as iniciativas e realizado uma série de trabalhos em conjunto com a SEPIN no que dizia respeito à regulamentação da Lei de Informática. Ressaltou que, no entanto, o problema era que, em uma pesquisa realizada junto às empresas, tinha-se chegado à estimativa de mais de 200 projetos parados na SEPIN. Ponderou que, em se falando de inclusão de modelos e de novos produtos e considerando-se que nesse setor um produto se torna obsoleto em três meses, significava que muitos projetos, quando aprovados, não teriam mais utilidade. Afirmou que se tratava, portanto, de oportunidades e de projetos que as empresas estavam perdendo. Salientou que havia alguns gargalos que estavam começando a afetar diretamente o faturamento das empresas e que muitas delas, que são multinacionais, não estavam conseguindo justificar perante suas matrizes a situação que estava gerando, até mesmo, a demissão de seus dirigentes no Brasil.

13. Sugeridos, como pontos de pauta para a próxima reunião do CATI, *Plano de Negócios do CEITEC*; e *CT-Info: Execução Físico-financeira das Ações 2005*, **Henrique de Oliveira Miguel** agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

De acordo,

Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC

Ministério das Comunicações – MC

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Setor Empresarial

Setor Empresarial

Comunidade Científica

Comunidade Científica